



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

===No dia vinte de novembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, realizou a Câmara Municipal de Alter do Chão uma reunião ordinária a que presidiu o Senhor Presidente **Joviano Martins Vitorino** e em que participaram os Senhores Vereadores **Manuel António Poupas Carola**, **Francisco António Martins dos Reis**, **Francisco António Garcia Rolo** e **Romão Buxo da Trindade**.-----

===Secretariou a reunião o Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Flexível de Administração Geral, Educação, Cultura e Desporto, **Dr. Rui Manuel Pista Nunes D'Oliveira**, coadjuvado pela Assistente Técnica, **Miriam Faria**.-----

===Os trabalhos iniciaram-se com a aprovação da ata da reunião ordinária de 06 de novembro que, após deliberação, foi aprovada por unanimidade. Foi tomado conhecimento, através do Resumo Diário de Tesouraria do dia 19 de novembro de 2015 que nesta data, o saldo em dinheiro era de: **quatrocentos e cinquenta e dois euros e oito cêntimos**; e Operações Orçamentais: **quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e dezoito euros e onze cêntimos**; Operações de Tesouraria: **cento e trinta e seis mil, cento e noventa e quatro euros e trinta e oito cêntimos**.-----

---PONTO UM: Informações do Senhor Presidente da Câmara Municipal;-----

---PONTO DOIS: Informações e Pedidos de Esclarecimento dos Senhores Vereadores;-----

---PONTO TRÊS: Propostas dos Membros do Executivo;-----

---PONTO QUATRO: Projetos de Obras;-----

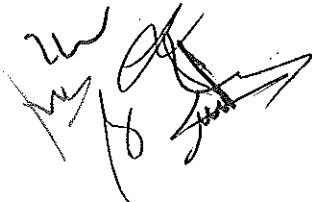
---PONTO CINCO: Deliberações Diversas;-----

---PONTO SEIS: Expediente.-----

### PONTO UM – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

===O Senhor Presidente da Câmara informou:-----

- A) No dia 20 de outubro participou na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAA- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo, em Sousel;-----
- B) No dia 24 de outubro assistiu à estreia da peça “Auto da Índia” promovida pelo Grupo Alterense de Cultura;-----
- C) No dia 26 de outubro realizou-se a reunião ao abrigo do Direito de Oposição. Nenhuma das forças políticas se fez representar, pelo que o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, elaborando-se a respetiva ata.-----
- D) No dia 27 de outubro reuniu com um consultor para preparação da candidatura da Coudelaria a património mundial reconhecido pela UNESCO. Informou existir a intenção de celebração de um protocolo com a Companhia das Lezírias, que viabilize a candidatura;-----

- 
- E) No dia 28 de outubro realizou-se uma audiência no Tribunal Judicial de Fronteira, relativa ao litígio com a empresa Alentaxi,Lda., da qual aguardamos a decisão;-----
- F) No dia 29 de outubro participou nas comemorações do 7.º aniversário do Comando Territorial da GNR-Guarda Nacional Republicana, de Portalegre;-----
- G) No dia 01 de novembro participou nas comemorações do Dia da Freguesia de Alter do Chão;-----
- H) No dia 06 de novembro participou no Dia da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Portalegre e, durante a noite, esteve presente na XIV Gala dos Prémios da Revista Mais Alentejo em Lisboa;-----
- I) No dia 13 de novembro participou na reunião do Conselho de Administração da Valnor, S.A.;-----
- J) No dia 17 de novembro participou na reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da CIMAA em Marvão. O Senhor Armando Varela apresentou a demissão de Vice-Presidente do Conselho. Lembrou ter sido de comum acordo dos Municípios que a gestão da CIMAA seria bienal, ou seja, no primeiro biénio o Presidente seria do PSD e o Vice-Presidente do PS e, no segundo biénio o inverso, mantendo-se o Secretário da CDU. Explicou que, neste momento, a Presidência está a cargo do Município de Elvas, a Vice-Presidência a cargo dos Municípios de Fronteira e Avis. Mais informou que logo após a reunião extraordinária, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal;-----
- K) No dia 18 de novembro participou na inauguração da Feira Enove+ em Ponte de Sor;-----
- L) Também no dia 18 de novembro foi publicado, em Diário da República, o Acordo Coletivo de Empregador Público e, uma vez que nem todos os trabalhadores são sindicalizados, decorrerá, no prazo de 15 dias, o exercício do seu direito de oposição ao mesmo. Mais informou que se pretende a aplicação plena do acordo a partir do dia 01 de janeiro de 2016. O Senhor Vereador Romão Trindade pediu alguns esclarecimentos sobre o acordo em questão, e se o mesmo só se aplica aos trabalhadores sindicalizados. O Senhor Presidente da Câmara explicou tratar-se de um acordo entre o Município e o STAL- Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e que, entre outras coisas, permitirá a jornada de 35 horas semanais. Explicou que não se aplicará somente aos trabalhadores sindicalizados mas a todos os trabalhadores integrados em carreiras ou funções no Município, e que estes dispõem de um prazo de 15 dias para exercer o seu direito de oposição, no caso de não quererem ser abrangidos pelo presente acordo;-----
- M) Estará ausente nos dias 25 a 29 de novembro, pois participará em duas viagens organizadas pela CIMAA, no âmbito do PDESAA – Plano de Dinamização da Economia Social do Alto Alentejo, à Holanda, onde visitará um centro de cuidados e assistência a pessoas com demência, e a Vichy, França, onde visitará as suas termas mundialmente reconhecidas;-----
- N) Sobre a questão dos portões na estrada de Alter Pedroso, informou que, por motivos de agenda, ainda não lhe foi possível reunir com os proprietários;-----
- O Senhor Presidente da Câmara entregou aos senhores Vereadores, para conhecimento, o relatório mensal do Setor de Gestão de Recursos Humanos, um ofício de agradecimento da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, pelo envio do livro “Os Forais Manuelinos de Alter do Chão”, bem como um e-mail dos Srs. Carlos e Maria de Lourdes



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

Vidal de reconhecimento pelo bom trabalho realizado pelo trabalhador Sérgio Farinha, no acompanhamento das visitas guiadas. Entregou também o relatório das dívidas de terceiros, relativo ao passado mês de outubro, referindo o empenho que os serviços têm mostrado na sua regularização sem recurso a contencioso. Para finalizar, o Senhor Presidente da Câmara informou os senhores Vereadores que, se for de comum acordo, apresentará na próxima reunião do executivo, uma proposta para ratificação, referente à faturação das tarifas associadas ao saneamento da empresa M.A. Silva. Os Senhores Vereadores concordaram com o proposto.-----


### PONTO DOIS – INFORMAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DOS SENHORES VEREADORES

===O Senhor Vice-Presidente informou:-----

- A) Continuam a desenvolver-se trabalhos de manutenção dos espaços verdes e arruamentos, nomeadamente no que se refere à aplicação de herbicidas;-----
- B) Encontram-se totalmente reparados os 13 (treze) rombos diagnosticados pela EPAL, no decurso da sua análise da rede de águas. Durante a próxima semana irá realizar-se uma reunião de reavaliação. Informou que a reparação de 2 (dois) destes rombos diminuiu significativamente a fatura total a pagar pelo município;-----
- C) Iniciou-se uma empreitada de reposição de pavimento betuminoso, em todas as localidades do Município, adjudicada à empresa Constradas, S.A;-----

===O Senhor Vereador Romão Trindade:-----

- A) Relativamente à ADI-TC- Associação Desenvolvimento Integrado Terras do Condestável, disse que a Portaria n.º 348-A/98 que criou este tipo de associações foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 13/2015, pelo que, perguntou se a revogação da portaria resulta ou não na extinção da associação. O Senhor Presidente da Câmara explicou que, sendo uma associação privada, nenhuma portaria esteve na sua origem e que apenas por vontade dos seus sócios poderá ser extinta. Disse que a confusão poderá advir do facto de ter sido extinto, pelo IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional, um projeto desta associação, designado por empresas de inserção.-----
- B) Colocou questões sobre alguns pagamentos efetuados. Os Senhores Presidente e Vice-Presidente prestaram os necessários esclarecimentos.-----
- C) Lembrou ainda não ter sido apresentado o relatório de contas do Festival da Juventude e que, apesar da Câmara Municipal sido parceira da iniciativa, deverá ser informada, pelo apoio logístico prestado;-----
- D) Mencionou o rating concelhio criado pelo Grupo Marktest que, no que respeita ao indicador qualidade de vida, confere o primeiro lugar ao nosso concelho. O Senhor Presidente da Câmara referiu que durante a passada semana, e no âmbito do Festival de Balões de Ar Quente, fomos visitados por milhares de pessoas que deram um feedback muito positivo da região.-----

- 
- E) Perguntou em que situação se encontra o processo judicial com a Senhora Maria Amália Airoso. O Senhor Presidente da Câmara explicou que o processo aguarda a decisão do tribunal.-----
- F) Disse ter sido informado que o Dia da Freguesia de Alter do Chão foi mudado de julho para novembro porque a Câmara Municipal não teve calendário ou não agendou a comemoração, o que o levou a perguntar se agora se muda o Dia da Freguesia consoante dá ou não jeito, e que competência poderá ter a Câmara Municipal neste respeito. O Senhor Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para lembrar que, desde o seu primeiro mandato, sempre tentou que as juntas de freguesia comemorassem o seu Dia da Freguesia, salientado, no entanto, que a Câmara Municipal, não tem qualquer competência nesta matéria.-----

==O Senhor Vereador Francisco Rolo:-----

- A) Perguntou qual o procedimento que se tem adotado na cobrança de faturas de água em atraso. O Senhor Presidente da Câmara explicou que foram instruídos processos de execução fiscal e que, de acordo com o regulamento, executa-se também a interrupção do fornecimento de água.-----
- B) Tendo verificado que a Associação de Futebol de Portalegre usa as infraestruturas desportivas do Município, perguntou se a mesma paga as taxas que são devidas. O Senhor Presidente da Câmara confirmou o pagamento das taxas e informou da intenção de se estabelecer um protocolo com a associação, que visa a realização de mais eventos desportivos em Alter do Chão.-----

==O Senhor Vereador Francisco Reis:-----

- A) Expressou a sua indignação pelo facto de um organismo autárquico, neste caso a Junta de Freguesia de Alter do Chão, não ter tido a amabilidade institucional de, pelo menos, dar conhecimento a alguns dos elementos do Executivo Municipal, relativamente às comemorações do Dia da Freguesia.-----
- B) Perguntou quais as razões e motivos porque se parou a obra de regularização e reposição das calçadas. O Senhor Vice-Presidente explicou que com a deteção e reparação de rombos/fugas de água em curso, pararam os trabalhos de reposição e regularização das calçadas, sob pena das zonas serem intervencionadas, e que os mesmos serão, em tempo, retomados.-----
- C) Perguntou se já está disponível o mapa de consumos e montantes pagos pela utilização da água da Barragem do Zambujo, relativamente aos anos de 2011, 2012 e 2013. O Senhor Presidente da Câmara explicou que essa informação está na posse dos serviços administrativos.-----
- D) Perguntou se já está disponível a informação por ele solicitada, relativamente ao valor das infraestruturas do troço da via pública, que foi convertido em logradouro e alienado à empresa M.A. Silva. O Senhor Presidente da Câmara informou ainda não ter essa informação mas que, assim que possível, a fará chegar ao conhecimento dos senhores Vereadores.-----



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

### PONTO TRÊS – PROJETOS DE OBRAS

Deliberação n.º 333

**UM: Processo de Obras n.º 12/2015- Simion Popescu- Aprovação de Projeto de Arquitetura**-----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a informação número 280/2015 de 10 de novembro corrente, subscrita pela Senhora Arquitecta Tânia Matos, e o seguinte parecer do Senhor Engenheiro Henrique Fernandes: “Visto, concordo. Propõe-se a aprovação do presente projeto de arquitetura em sede de reunião de câmara.”-----

**Deliberado por unanimidade aprovar o presente projeto de arquitetura, de acordo com a informação dos serviços técnicos.**-----

Deliberação n.º 334

**DOIS: Processo de Obras n.º 05/2009- Casa Agrícola Marques Pais, Lda.- Declaração de Caducidade**-----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a seguinte informação do Senhor Engenheiro Henrique Fernandes: “Decorrido o prazo de audiência prévia, sem que tenha havido qualquer pronúncia por parte do interessado, o processo encontra-se em condições de ser declarada a caducidade. Em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as caducidades devem ser declaradas pela Câmara Municipal. Pelo exposto, propõe-se que o presente processo seja submetido à reunião da Câmara Municipal para deliberação em conformidade.”-----

**Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do Processo de Obras n.º 05/2009, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos.**-----

Deliberação n.º 335

**TRÊS: Processo de Obras n.º 01/2011- J. Thymm, Lda.- Declaração de Caducidade**----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a seguinte informação do Senhor Engenheiro Henrique Fernandes: “Decorrido o prazo de audiência prévia, sem que tenha havido qualquer pronúncia por parte do interessado, o processo encontra-se em condições de ser declarada a caducidade. Em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as caducidades devem ser declaradas pela Câmara Municipal. Pelo exposto, propõe-se que o presente processo seja submetido à reunião da Câmara Municipal para deliberação em conformidade.”-----

**Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do Processo de Obras n.º 01/2011, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos.**-----

Deliberação n.º 336

**QUATRO: Processo de Obras n.º 08/2014- José Marques Ventura- Declaração de Caducidade**-----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a seguinte informação do Senhor Engenheiro Henrique Fernandes: “Decorrido o período de audiência prévia, o processo em causa deverá ser caducado. Nos termos do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, propõe-se que para o presente processo de obras seja declarada a caducidade em sede de Reunião de Câmara.”-----

**Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do Processo de Obras n.º 08/2014, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos.**-----

Deliberação n.º 337

**CINCO: Informação Prévia n.º 02/2014- C.A.S. Barrocas, Lda.- Declaração de Caducidade**-----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a seguinte informação do Senhor **Engenheiro Henrique Fernandes**: “Decorrido o prazo de audiência prévia, sem que tenha havido qualquer pronúncia por parte do interessado, o processo encontra-se em condições de ser declarada a caducidade. Em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as caducidades devem ser declaradas pela Câmara Municipal. Pelo exposto, propõe-se que o presente processo seja submetido à reunião da Câmara Municipal para deliberação em conformidade.”-----

**Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo de Informação Prévia n.º 02/2014, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos.**-----

Deliberação n.º 338

**SEIS: Informação Prévia n.º 05/2014- C.A.S. Barrocas, Lda.- Declaração de Caducidade**-----

===Sobre o assunto em apreço, consta do processo a seguinte informação do Senhor **Engenheiro Henrique Fernandes**: “Decorrido o prazo de audiência prévia, sem que tenha havido qualquer pronúncia por parte do interessado, o processo encontra-se em condições de ser declarada a caducidade. Em conformidade com o previsto no n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, as caducidades devem ser declaradas pela Câmara Municipal. Pelo exposto, propõe-se que o presente processo seja submetido à reunião da Câmara Municipal para deliberação em conformidade.”-----

**Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do processo de Informação Prévia n.º 05/2014, de acordo com a informação prestada pelos serviços técnicos.**-----

#### **PONTO QUATRO - PROPOSTAS DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**

Deliberação n.º 339

**UM: Proposta para Alienação, em Hasta Pública, das Lojas sitas na Rua do Comércio, n.º 35 e na Rua da Misericórdia n.º 8 em Alter do Chão**-----

===Sobre o assunto em apreço, foi presente a seguinte proposta: “Considerando que ocorreu uma transferência de património entre o IHRU e o Município de Alter do Chão, ficando este com o direito de propriedade sobre os prédios e frações autónomas sitas nos bairros de Alter do Chão, Chança e Cunheira; No bairro sito na freguesia de Alter do Chão existem espaços comerciais (lojas) que se encontram desocupadas e portanto sem estarem a ser utilizadas para o fim a que se destinam; Não tem o município de Alter do Chão, qualquer interesse em manter aqueles espaços desocupados; Proporcionando o acesso das mesmas, a possíveis interessados na sua aquisição, estará o Município a incentivar e revitalizar o tecido empresarial do Concelho. Vários munícipes manifestaram por escrito, o interesse na compra ou arrendamento das mesmas; Nestes termos proponho, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33º da lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, alienar as lojas



## MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

que abaixo se identificam, em hasta pública: A - Loja sita na Rua do Comércio nº 35, com o artigo matricial 2281 fração A e valor patrimonial de 15.960,00 € (Quinze Mil Novecentos e Sessenta Euros). B – Loja sita na Rua da Misericórdia nº 8, com o artigo matricial 2286 fração A e valor patrimonial de 9.690,00 € (Nove Mil Seiscentos e Noventa e Euros). Mais proponho, na eventualidade da presente proposta merecer a aprovação do executivo municipal, que o valor base de alienação sejam os valores patrimoniais das lojas, devendo ao lances serem no mínimo de 100,00 € (cem euros). A hasta pública realizar-se-á perante o executivo municipal. O pagamento total do imóvel será realizado no ato de celebração da escritura pública de compra e venda, sendo no entanto possível, desde que tal seja requerido à Câmara Municipal, o seu pagamento em prestações mensais até ao limite de 240, sem juros. As lojas que não forem alienadas em hasta pública serão na mesma sessão, em hasta pública, adjudicadas para arrendamento. Sendo o valor base mensal o que abaixo se discrimina: A - Loja sita na Rua do Comércio nº 35, com o artigo matricial 2281 fração A e valor patrimonial de 15.960,00 € (Quinze Mil Novecentos e Sessenta Euros). Valor de renda mensal: 64,68 € (Sessenta e Quatro Euros e Sessenta e Oito Cêntimos). B – Loja sita na Rua da Misericórdia nº 8, com o artigo matricial 2286 fração A e valor patrimonial de 9.690,00 € (Nove Mil Seiscentos e Noventa e Euros). Valor de renda mensal: 39,27 € (Trinta e Nove Euros e Vinte e Sete Cêntimos). Os lances serão no valor mínimo de 10,00 € (dez euros). As rendas serão adjudicadas ao valor mais elevado que resulte da hasta pública, devendo-se no prazo de 3 dias depositar na Tesouraria desta Câmara uma garantia no valor equivalente a 3 meses de renda. O contrato de arrendamento celebrar-se-á no prazo de 30 dias contados da data da realização da hasta pública.”-----  
Deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta.-----

### PONTO CINCO – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

Deliberação n.º 340

**UM: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão- Aquisição de Viatura no âmbito do QREN- Pedido de Subsídio-----**

====Sobre o assunto em apreço, foi presente um ofício com a referência número 94, datado de 12 de novembro corrente, da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Alter do Chão, que solicita a atribuição de subsídio para pagamento de despesa não prevista, na aquisição de uma viatura de combate a incêndios, no âmbito do QREN. Consta do processo a seguinte informação da Senhora Dra. Carla Ventura: “O projeto existente em GOP’s para aquisição ou reparação de viaturas e equipamento tem um saldo de € 1.000,00.”-  
**Deliberado por unanimidade informar que no presente ano não é possível atribuir qualquer apoio. Mais foi deliberado informar que no próximo ano irá ser ponderado o eventual apoio a atribuir.**-----

Deliberação n.º 341

**DOIS: Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda- Prestação de Serviços de Cuidados de Saúde- Pedido de Apoio Financeiro-----**

====Sobre o assunto em apreço, foi presente um ofício com a referência número 026/2015, datado de 09 de novembro corrente, da Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda, que solicita apoio financeiro que possibilite sustentar os custos com a prestação de

cuidados de saúde dos utentes da Instituição. Consta do processo a seguinte informação da Senhora Dra. Carla Ventura: “Considerando que o pedido efetuado pela Comissão de Melhoramentos da Freguesia de Seda se destina a sustentar despesas correntes, informo que não existe rubrica em Gop’s para fazer face à referida despesa. O projeto existente em Gop’s destina-se a apoiar despesa em equipamentos ou obras (despesa de investimento).”-----  
**Deliberado por unanimidade informar esta Instituição que neste momento não existe enquadramento financeiro para o pedido.**-----

**PONTO SEIS – EXPEDIENTE**

**UM: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo- Comparticipação de Transportes Escolares no Ensino Secundário**-----

===Foi presente um ofício com a referência 569-DSAL/2015, datado de 12 de novembro, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, com parecer jurídico sobre a comparticipação do transporte escolar para alunos que frequentam o ensino secundário.-----

**Tomado conhecimento.**-----

**DOIS: Listagem de Atestados Médicos, Juntas Médicas e outros- Período de 02 a 16 de novembro de 2015**-----

===Foi presente a listagem em apreço.-----

**Tomado conhecimento.**-----

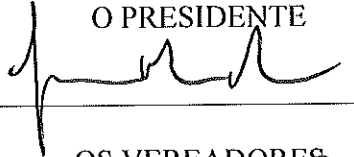
**TRÊS: Listagem Nominal de Ajudas de Custo e Horas Extraordinárias**-----

===Foi presente a listagem em apreço.-----

**Tomado conhecimento.**-----

===E nada mais havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente da Câmara, encerrada a reunião eram onze horas.-----

O PRESIDENTE



OS VEREADORES

